

# POWER OF VOICES FAIR FOR ALL



## HABILITANDO CADEIAS DE VALOR PRO-POBRE

Terça - feira, 12 de Agosto de 2025 | Ano II, n.º 05 | Presidente: Prof. Adriano Nuvunga

SOCIEDADE CIVIL DEBATE COLABORAÇÃO COM O EXECUTIVO PARA O USO DE EVIDÊNCIA CIENTÍFICA NO DESENVOLVIMENTO DO SECTOR AGRÍCOLA

### Rompendo a “armadilha de participação” e construindo um “Algoritmo Nacional” inclusivo para transformar a agricultura em Moçambique



No dia 30 de Julho de 2025, realizou-se, na cidade de Maputo, um *Policy Dialogue* com o propósito de criar um espaço de reflexão e de troca de ideias entre a sociedade civil, a academia e o governo, visando discutir o

papel da evidência científica como ferramenta essencial para impulsionar o desenvolvimento do sector agrícola em Moçambique, através de políticas públicas mais informadas.

Organizado pelo Centro para Democracia e Di-

reitos Humanos (CDD), em parceria com a Oxfam Moçambique e a NANA, o encontro reuniu um leque diversificado de participantes, incluindo

activistas da sociedade civil, investigadores, representantes de instituições públicas e especialistas do sector agrícola.



O diálogo decorreu num momento em que, apesar do vasto potencial agrícola do país, persistem elevados níveis de pobreza rural, insegurança alimentar e fraca produtividade. Face a este cenário, os intervenientes destacaram a importância de uma colaboração sólida e contínua entre

quem produz conhecimento e quem define políticas públicas. Sublinhou-se, ainda, a necessidade de fortalecer o espaço cívico como via para influenciar decisões estratégicas assentes em evidência científica, capazes de gerar mudanças concretas e sustentáveis para as comunidades rurais.





## Agricultura e Desenvolvimento do País: Perspectivas locais

A agricultura é, historicamente, um dos pilares da economia moçambicana, representando cerca de 23% do Produto Interno Bruto (PIB) e garantindo o sustento de aproximadamente 70% da população activa. Apesar desta relevância, o sector continua fortemente marcado por práticas de subsistência, caracterizadas por baixa produtividade, acesso limitado a mercados, reduzida integração em cadeias de valor e elevada vulnerabilidade a choques climáticos.

Entre os factores que contribuem para esta estagnação, destaca-se a insuficiente utilização de evidência científica na concepção e implementação de políticas públicas. Tal lacuna limita a capacidade de resposta às necessidades reais das

comunidades e compromete o aproveitamento do potencial agrícola do país.

As organizações da sociedade civil, que actuam no terreno e mantêm contacto directo com as comunidades rurais, têm vindo a recolher dados, histórias e experiências que retratam, com grande fidelidade, os desafios e oportunidades do sector. No entanto, persistem obstáculos significativos à transformação deste conhecimento em influência efectiva sobre os processos de tomada de decisão. O estreitamento do espaço cívico, visível na redução dos canais institucionais de diálogo e na tendência para desvalorizar vozes críticas, agrava ainda mais este cenário e distancia as políticas das realidades locais.

## Principais destaques e momentos-chave do evento

Na sessão de abertura, o Prof. Adriano Nuvunga apresentou em primeiro lugar a sua preocupação sobre a realidade do sector agrícola em Moçambique, sublinhando o paradoxo entre o vasto potencial produtivo do país e a persistência de elevados índices de pobreza rural e insegurança alimentar.

O orador destacou que qualquer discussão so-

bre políticas públicas para o sector agrícola deve assentar, antes de mais, numa reflexão ética e política sobre a forma como os programas têm sido concebidos e implementados. Nesse sentido, referiu-se de forma crítica ao programa SUSTENTA, apontando que os casos de má gestão e de desvios de recursos verificados constituem um exemplo claro da ausência de moralidade e



de integridade na condução da coisa pública.

Para o Prof. Nuvunga, não é possível alcançar políticas agrícolas eficazes enquanto não se enfrentar, de forma directa, o problema da responsabilização e da transparência na actuação das lideranças públicas. Nas suas palavras: *"Não podemos falar de políticas públicas sérias enquanto os recursos são desviados e programas como o SUSTENTA são*

*usados para fins alheios ao desenvolvimento rural."*

O seu discurso criou o enquadramento necessário para o debate subsequente, reforçando a ideia de que a promoção de políticas agrícolas assentes em evidência científica exige não apenas conhecimento técnico, mas também compromisso ético, integridade e governação responsável.

**Não podemos falar de políticas públicas sérias enquanto os recursos são desviados e programas como o SUSTENTA são usados para fins alheios ao desenvolvimento rural.**

## “Superar a Desconexão entre Ciência e Política: O Caminho para a Transformação do Sector Agrícola” – Prof. Doutor Pedro Pota



Na sua intervenção, o Prof. Pedro Pota trouxe uma reflexão metodológica sobre a importância de se criar, para o sector agrícola, aquilo a que chamou um “algoritmo nacional”, um conjunto de regras e passos lógicos, fundamentados cientificamente, capazes de orientar de forma coerente e eficaz a formulação de políticas públicas.

A sua análise partiu de uma leitura realista dos desafios estruturais que continuam a travar o desenvolvimento agrícola no país: a baixa produtividade, a persistente insegurança alimentar, os impactos cada vez mais visíveis das alterações climáticas e a fraca integração da ciência nos processos de decisão.

Segundo o Prof. Pota, a construção desse “al-

goritmo” requer uma combinação equilibrada de três componentes centrais. O primeiro é a demografia, que deve servir de base para a planificação territorial, a previsão das necessidades alimentares e a organização dos serviços. O segundo é a economia, que fornece o suporte necessário para decisões racionais quanto à alocação de recursos e à eficiência das intervenções. Por fim, talvez influenciado pela audiência, a idoneidade ou “vontade política” como elementos essenciais para assegurar que as decisões sejam justas, inclusivas e orientadas para o bem público.

O orador sublinhou que a evidência científica, embora não substitua as escolhas políticas,

tinha o mérito de elevar a qualidade das decisões tomadas. Defendeu que políticas eficazes dependiam de dados fiáveis, de uma monitoria rigorosa e de capacidade de adaptação perante novos contextos. Por fim, o orador alerta, para a

crise actual de desconexão entre o saber técnico e a decisão política, enfatizando que a produção de conhecimento deve ser colaborativa, acessível e útil para o desenho de soluções concretas e viáveis.

## **“Ecosistemas Colaborativos de Inovação Política: A Chave para a Transformação do Sector Agrícola” – Jeremias Benjamim**



Na sua intervenção, Jeremias Benjamim centrou-se na dimensão prática da colaboração entre sociedade civil, governo e academia, destacando que esta só se torna efectiva quando assente em parcerias estruturadas, alicerçadas na confiança mútua, no reconhecimento da diversidade de papéis e no compromisso com resultados concretos.

O orador defendeu a criação de fóruns regulares de diálogo técnico-científico, capazes de manter uma troca constante de informação e de experiências. Propôs, igualmente, o estabelecimento de plataformas abertas para a partilha de dados agrícolas, a formação de equipas mistas para a formulação e avaliação de políticas públicas e o investimento em capacidades institucionais que permitam interpretar e aplicar a evidência científica de forma rigorosa. Para Benjamim,

a transformação do sector agrícola depende, em grande medida, da criação de ecossistemas colaborativos de inovação política, com participação activa dos actores locais e dos produtores de conhecimento.

Durante o diálogo, foram também identificados entraves à colaboração efectiva entre sociedade civil e governo. Entre eles: a ausência de canais formais e regulares para o diálogo político baseado em evidência; baixa valorização, por parte das instituições públicas, das recomendações provenientes de centros de pesquisa e organizações da sociedade civil; défices de confiança entre estas e as instituições do Estado; recursos financeiros limitados para a produção de conhecimento técnico e clima político pouco favorável à crítica e ao escrutínio público das políticas implementadas.

Face a este diagnóstico, Benjamim apresentou

um conjunto de recomendações para reforçar a cooperação e melhorar a qualidade das políticas agrícolas. Entre elas, destacou: a institucionalização de mecanismos de diálogo técnico entre produtores de conhecimento e decisores públicos; o reforço do espaço cívico como condição essencial para uma participação livre e informada; a criação de bases de dados abertas sobre

o sector agrícola, acessíveis a todos os intervenientes; a capacitação de funcionários públicos em análise de dados e interpretação de estudos científicos; a promoção de uma cultura de integridade e responsabilização nos programas agrícolas; e o investimento em investigação aplicada, com foco em soluções sustentáveis e adaptadas às realidades locais.

## Conclusão

O *Policy Dialogue* realizado em Maputo, a 31 de Julho de 2025, reafirmou a necessidade de uma nova cultura de governação pública em Moçambique, na qual a evidência científica deixe de ser encarada como elemento acessório e passe a assumir um papel central na formulação das políticas agrícolas. A experiência demonstrou que a colaboração entre sociedade civil, academia e governo não é apenas desejável — é uma condição indispensável para transformar o sector agrícola e, consequentemente, a vida de milhões de moçambicanos. Pretende-se, assim, romper com a chamada “armadilha de auscultação” da sociedade civil, substituindo práticas meramente consultivas por processos de participação efectiva e influente.

Os debates mostraram que, para romper com décadas de baixa produtividade, insegurança alimentar e vulnerabilidade rural, é necessário agir em três frentes fundamentais: fortalecer o espaço cívico como arena legítima de debate e influência; criar mecanismos institucionais que garantam um diálogo regular e construtivo entre produtores de conhecimento e decisores políticos e investir na construção de confiança mútua entre todos os actores envolvidos.

A partir das intervenções dos oradores, um consenso foi dado como certo: políticas eficazes não podem ser construídas apenas com base em visões políticas ou interesses de ocasião. Precisam de assentar em diagnósticos rigorosos, dados fiáveis e mecanismos de monitoria que permitam corrigir rotas e adaptar estratégias. A ética, a transparência e a responsabilização foram apontadas como pilares que devem sustentar todo o ciclo de formulação e implementação de políticas.

Seja pela urgência ética levantada pelo Prof. Adriano Nuvunga, pela proposta metodológica do “algoritmo nacional” apresentada pelo Prof. Pedro Pota, ou pela visão prática de ecossistemas colaborativos defendida por Jeremias Benjamim, ficou claro que a ciência, quando aliada à vontade política e à participação cidadã, tem potencial para transformar o sector agrícola num verdadeiro motor de desenvolvimento sustentável.



***Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.***

***Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.***

#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Autor:** Salvado Raisse  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS PROGRAMÁTICOS



#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

Com apoio:



Kingdom of the Netherlands